

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.072 - PE (2019/0204853-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : FRUTAS CANTU NORDESTE LTDA
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380
PAULO ANDRÉ RODRIGUES DE MATOS - PE019067
GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTÓRIO CANTO - PE025000
HIGOR JOSÉ ACIOLI DE OLIVEIRA - PE046409
BIANCA SANTOS - DF061324
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : AGUINALDO FIRMINO DA SILVA
INTERES. : BANCO DAYCOVAL S/A

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Frutas Cantu Nordeste Ltda em recuperação judicial em face do Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Recife/PE e do Juízo da 2ª Vara Cível de São Paulo/SP.

Alega que em 27 de fevereiro de 2019 foi deferido, pelo Juízo de Direito da Seção "B" da 17ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE, o processamento da sua recuperação judicial, passando a irradiar todos os seus efeitos legais, inclusive a suspensão de todas as ações e execuções movidas contra si. Aduz, também, que "apresentou seu Plano de Recuperação Judicial, o qual será deliberado em Assembleia Geral de Credores".

Aduz que, contudo, o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP, nos autos da execução de título extrajudicial n. 1038676-30.2019.8.26.0100, que lhe move o Banco Daycoval S/A, "determinou a efetivação de penhora via Bacenjud das contas da Suscitante, no valor total executado, qual seja: R\$ 4.707.257,75", o que não poderia ter sido feito, tendo em vista a competência exclusiva do Juízo da recuperação judicial para decidir sobre o destino dos bens e valores da recuperanda.

Liminar deferida, durante o recesso forense, pela Vice-Presidência desta Corte (fls. 392/395), informações do Juízo da 2ª Vara Cível de São Paulo/SP às fls. 405/425, sendo que o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Recife/PE, apesar de reiteradamente oficiado para se manifestar, quedou-se silente (certidão de fl. 429). Parecer do Ministério Público Federal às fls. 431/435, opinando pelo conhecimento do conflito,

declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais a liminar foi deferida:

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 ou da Lei n. 11.101/2005 ou quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das citadas empresas devem ser realizados pelo Juízo universal. Confirmam-se estes precedentes:

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. ATOS EXECUTÓRIOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE.

1. A definição do juízo competente consubstancia questão preliminar, que, por óbvio, antecede o exame de mérito da controvérsia e, por conseguinte, não pode utilizar como premissa a solução da questão de fundo, mas apenas as regras de distribuição de competência constantes da Constituição Federal, do Código de Processo Civil, das leis estaduais e das leis especiais, no caso, a Lei n. 11.101/2005.

2. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

3. Tendo em vista ter sido o imóvel litigioso incontroversamente arrecadado pelo Juízo da recuperação e estar desempenhando papel fundamental no processo de soerguimento das recuperandas, tendo em vista que o produto de seu arrendamento, judicialmente autorizado, é direcionado ao cumprimento das obrigações dessas sociedades é de se reconhecer a competência desse órgão jurisdicional para deliberar sobre os atos constitutivos que recaiam sobre tal bem.

4. O objeto do REsp 1.605.364/SP não coincide com o deste incidente, ressoando inequívoca a ausência de prejudicialidade.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 144.205/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 4/12/2018.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL
NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE

COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 535 do Código de Processo Civil, são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.
2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.
3. O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, ao procedimento em apreço, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que estabelecem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.
4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AgRg no CC n. 99.233/RJ, relator Ministro Marco Buzzi, DJe de 19/11/2014.)

Na hipótese dos autos, conforme despacho de fls. 62/66, proferido em 27/2/2019, o Juízo de Direito da Seção B da 17ª Vara Cível de Recife (PE), deferiu o processamento da recuperação judicial da empresa ora suscitante, determinando "a suspensão de todas as ações ou execuções promovidas em face da devedora, e, também, do curso dos respectivos prazos prescricionais, pelo prazo de 180 dias (art. 6º, §4º, LRF), permanecendo os autos, no juízo de origem, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º, também do art. 6º da mesma lei, bem como as relativas a créditos executados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49, ficando vedada a venda ou retirada do estabelecimento da Requerente dos bens essenciais a sua atividade empresarial" (fl. 63).

Assim, está configurado o *fumus boni iuris* referente ao pedido de suspensão da execução em curso no Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de São Paulo (SP).

O *periculum in mora*, por sua vez, está evidente em razão do bloqueio de valores das contas bancárias da suscitante, via BacenJud, originários da execução 1038676-30.2019.8.26.0100, em curso no Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de São Paulo (SP) (fls. 379/388).

Ante o exposto, **defiro parcialmente o pedido de liminar para**

suspender, até a definitiva solução do presente conflito, os atos executórios (de natureza constritiva) promovidos pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de São Paulo (SP), nos autos da execução n. 1038676-30.2019.8.26.0100.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da Seção B da 17ª Vara Cível de Recife (PE) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes, inclusive sobre a destinação a ser dada aos valores bloqueados pelo Juízo da 2ª Vara Cível de São Paulo (SP) ora suscitado.

Apesar de o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Recife/PE não ter prestado informações, consta dos autos a decisão por meio da qual deferiu o pedido de recuperação judicial da empresa em fevereiro de 2019 (fls. 62/66).

Por sua vez, Juízo da 2ª Vara Cível de São Paulo/SP manifestou-se afirmando que, de fato, determinou a constrição de valores pertencentes à suscitante, via Bacen Jud, o que foi efetivado parcialmente, tendo, em razão da liminar aqui deferida, suspenso a execução até o julgamento do conflito.

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados novos atos de constrição de bens ou valores da suscitante durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 17ª Vara Cível de Recife/PE.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora